

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2021	31 DEZEMBRO 2020
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Ativos intangíveis	5	5.120.000	5.333.333
Ativos fixos tangíveis	6	639.325.720	652.460.107
Ativos sob direito de uso	7	1.103.013	2.185.75.
Propriedades de investimento	8	13.163.816	13.241.854
Outros ativos financeiros	9	159.648	138.848
Impostos diferidos ativos	32	2.702.918	2.681.043
Clientes	10	246.016	85.741
Outras contas a receber	11	13.600.196	11.298.517
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>675.421.325</b>	<b>687.425.196</b>
<b>ATIVOS CORRENTES</b>			
Inventários	12	2.839.312	2.878.733
Clientes	10	28.271.136	27.312.999
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	-	419.598
Outras contas a receber	11	19.046.510	38.538.712
Caixa e seus equivalentes	13	121.525.278	83.217.975
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>171.682.237</b>	<b>152.368.017</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>847.103.562</b>	<b>839.793.213</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	14	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	14	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	14	402.321.113	390.958.744
Resultado líquido do exercício		49.659.244	46.972.206
<b>Total do capital próprio</b>		<b>654.147.671</b>	<b>640.098.264</b>
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Provisões	15	564.730	590.224
Subsídios ao investimento	17	30.300.186	31.105.103
Empréstimos	18	68.482.225	78.852.054
Passivos da locação	7	-	746.259
Impostos diferidos passivos	32	32.968.490	33.265.946
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>132.315.631</b>	<b>144.559.586</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>			
Empréstimos	18	10.432.585	10.286.265
Passivos da locação	7	746.259	1.097.743
Fornecedores e outros passivos correntes	19	45.835.682	43.751.355
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	3.625.734	-
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>60.640.260</b>	<b>55.135.363</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>192.955.891</b>	<b>199.694.949</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>847.103.562</b>	<b>839.793.213</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

	NOTA	2021	2020
Rédito de contratos com clientes	21	160.532.144	161.197.713
Gasto das vendas/ variação de inventários	22	(1.821.790)	(1.925.969)
Fornecimentos e serviços externos	23	(30.544.083)	(34.487.313)
Gastos com pessoal	24	(24.736.517)	(25.485.944)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(27.867.916)	(27.381.233)
Provisões e reversões do exercício	26	(110.505)	(148.160)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	27	(1.104.597)	(1.474.091)
Subsídios ao investimento	17	1.682.167	1.503.236
Outros gastos e perdas operacionais	28	(9.405.665)	(9.478.675)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	4.370.660	4.261.097
<b>Resultados operacionais</b>		<b>70.993.898</b>	<b>66.580.661</b>
Gastos financeiros	30	(1.200.229)	(1.342.601)
Rendimentos financeiros	31	178.958	391.950
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(1.021.272)</b>	<b>(950.651)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>69.972.627</b>	<b>65.630.011</b>
Imposto do exercício	32	(21.442.785)	(20.014.144)
Imposto diferido	32	1.129.402	1.356.339
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>49.659.244</b>	<b>46.972.206</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>1,66</b>	<b>1,57</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2021.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2021	2020
Resultado líquido do exercício		49.659.244	46.972.206
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	14	1.967.928	180.030
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>51.627.172</b>	<b>47.152.236</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do exercício de 2020		150.000.000	30.000.000	22.171.377	380.282.024	(4.064)	52.483.454	634.932.791
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	180.030	-	-	180.030
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	52.483.454	-	(52.483.454)	0,00
		<b>150.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>22.171.377</b>	<b>432.945.507</b>	<b>(4.064)</b>	<b>-</b>	<b>635.112.821</b>
Resultado líquido do exercício de 2020							46.972.206	46.972.206
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	-41.986.763	-	-	(41.986.763)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	(41.986.763)	-	46.972.206	(41.986.763)
Posição no fim do exercício de 2020		<b>150.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>22.171.377</b>	<b>390.958.744</b>	<b>(4.064)</b>	<b>46.972.206</b>	<b>640.098.264</b>
Posição no início do exercício de 2021		<b>150.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>22.171.377</b>	<b>390.958.744</b>	<b>-4.064</b>	<b>46.972.206</b>	<b>640.098.264</b>
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	1.967.928	-	-	1.967.928
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	46.972.206	-	(46.972.206)	-
		<b>150.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>22.171.377</b>	<b>439.898.878</b>	<b>(4.064)</b>	<b>-</b>	<b>642.066.192</b>
Resultado líquido do exercício de 2021							49.659.244	49.659.244
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(37.577.765)	-	-	(37.577.765)
		-	-	-	(37.577.765)	-	-	(37.577.765)
Posição no fim do exercício de 2021		<b>150.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>22.171.377</b>	<b>402.321.113</b>	<b>(4.064)</b>	<b>49.659.244</b>	<b>654.147.671</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das variações do capital próprio findo em 31 de dezembro de 2021

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2021	31 DEZEMBRO 2020	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes		179.696.194	183.384.531	
Pagamentos a fornecedores		(39.988.805)	(45.772.402)	
Pagamentos ao pessoal		(36.291.297)	(36.382.445)	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>103.416.092</b>	<b>101.229.684</b>	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	32	(17.378.915)	(24.783.167)	
Outros recebimentos / (pagamentos)		(8.382.226)	(11.235.755)	
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>77.654.951</b>	<b>65.210.762</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(11.968.165)	(8.082.625)	
Outros ativos	11	(10.000.000)	(21.968.165)	(22.000.000) (30.082.625)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		504.036	501.289	
Outros ativos	11	32.000.000	75.000.000	
Subsídios ao investimento	17	323.336	631.016	
Juros e rendimentos similares		4.139	32.831.511	202.213 76.334.518
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>10.863.346</b>	<b>46.251.893</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	18	(10.286.266)	(12.528.184)	
Capital dos passivos de locação	7	(1.097.743)	(975.384)	
Juros e gastos similares		(1.249.219)	(1.374.946)	
Dividendos	14	(37.577.765)	(50.210.993)	(41.986.763) (56.865.277)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			-	
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(50.210.993)</b>	<b>(56.865.277)</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>38.307.304</b>	<b>54.597.378</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>13</b>	<b>83.217.975</b>	<b>28.620.597</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>13</b>	<b>121.525.278</b>	<b>83.217.975</b>	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Notas às Demonstrações Financeiras

## 1. Informação geral

### 1.1. Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2021, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

### 1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado e rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL para o período 2016-2020 foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V. Para o ano de 2021, as tarifas foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

### 1.3. Estratégia

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da EPAL, S.A.

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP). Os objetivos das empresas do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações, para o mandato de 2020/2022, tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do grupo AdP, designadamente a EPAL, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;

- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do grupo AdP, designadamente pela EPAL, S.A.. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL, S.A.. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei no 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos *stakeholders*.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2021:

- Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a
- satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1. **Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais**, nomeadamente:
  - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
  - 1.2 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - 1.3 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. **Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial**, em especial:
  - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
  - 2.2 Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
  - 2.3 Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. **Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço**, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
  - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
4. **Promoção do desenvolvimento regional**, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
  - 4.1 Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
  - 4.2 Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
  - 4.3 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. **Elevar os níveis de eficiência e consistência**, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
  - 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - 5.2 No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. **Assegurar as boas práticas na gestão de ativos**, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
  - 6.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;
  - 6.2 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
  - 6.3 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
  - 6.4 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. **Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional**, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

## 1.4. Missão e orientações futuras

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Pretende continuar a ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água – e o ambiente.

## 1.5. Organização

O modelo de estruturação empresarial e organizativo adotado pela EPAL encontra-se definido através da gestão das suas atividades e a comunicação entre seus setores, visando atingir seus objetivos estratégicos.

A Empresa encontra-se estruturada pelo seu Conselho de Administração, o qual tem diretamente afetas áreas subordinadas operacionais e áreas de suporte, privilegiando sempre que necessário a especialização de funções, contribuindo assim para deter um maior conhecimento para o funcionamento da organização como um todo.

Durante o ano de 2021 foi definida a nova estrutura orgânica da Empresa, bem como as funções, atribuições e responsabilidades de cada órgão, de modo a adequar a sua organização ao processo de cisão operado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

## 1.6. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 2 de março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

# 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

## 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas no presente relatório. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

## 2.2. Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

## 2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

## 2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte constam nas várias notas às Demonstrações Financeiras.

## 2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Novas normas e alteração de políticas

### 3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentada nos comparativos.

### 3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
■ IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
■ IFRS 4 – Diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
■ IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa

### 3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2022 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

#### Já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
■ IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
■ IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
■ IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
■ IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
■ IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
■ IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
■ Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

#### Ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
■ IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
■ IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
■ IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação</li> </ul>	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa</li> </ul>	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2022.

## 4. Políticas de gestão do risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 4.2. Risco de mercado

#### 4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

A tabela abaixo apresenta a análise aproximada da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL:

	31.12.2021	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	0	376.772	n.a.

#### 4.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam aproximadamente 37% do total de fornecimentos e serviços externos da Empresa (11,3 milhões de euros, num total de 30,5 milhões de euros).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, SA, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

### 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Passivo				
Financiamentos BEI	18	10.432.585	42.366.227	26.115.999

Em 31 de dezembro de 2021 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2021 (nota 18)
2025	9.444.444
2028	7.000.000
2029	25.518.721
2030	2.361.111
	<b>44.324.277</b>

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	notas	2021	2020
Total de financiamento obtido	18	78.914.810	89.138.319
Passivos da locação	7	746.259	1.844.002
Disponibilidades	13	(121.525.278)	(83.217.975)
Apoios de tesouraria ao acionista	11	-	(22.000.000)
<b>Endividamento Líquido</b>		<b>(41.864.209)</b>	<b>(14.235.653)</b>
Capitais Próprios	14	654.147.671	640.098.264
Subsídios ao investimento	18	30.300.186	31.105.103
<b>Capital e Subsídios</b>		<b>684.447.857</b>	<b>671.203.367</b>
<b>Dívida Líquida/Capital Total</b>		<b>(0,06)</b>	<b>(0,02)</b>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2021, a estratégia da EPAL manteve-se na redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades) e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

#### 4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

##### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

##### **i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade.

##### **ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

Carteira de clientes	Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa
Risco	Baixo	Médio
Exposição bruta	8.785.058	25.881.446
Imparidade	-	(12.572.223)
Exposição líquida	8.785.058	13.309.223

## Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

<b>Ativos Financeiros Bancários</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Depósitos à Ordem (nota 13)	<b>11.493.836</b>	8.186.715
Depósitos a Prazo (nota 13)	<b>110.000.000</b>	75.000.000
Outros Ativos Financeiros (nota 9)	<b>159.648</b>	138.848
	<b>121.653.483</b>	<b>83.325.562</b>

<b>Rating</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
A2 (Moody's)	<b>50.736</b>	96.103
A3 (Moody's)	<b>11.334</b>	12.204
B1 (Moody's)	<b>69.447</b>	-
B2 (Moody's)	-	46.263
Ba1 (Moody's)	-	55.285
Baa1 (Moody's)	<b>35.138</b>	77.908
Baa2 (Moody's)	<b>121.486.829</b>	-
Baa3 (Moody's)	-	83.037.800
	<b>121.653.483</b>	<b>83.325.562</b>

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2021

Face a 2020, a EPAL considera que não houve variação significativa do risco de crédito.

## 4.5 Risco de exploração

### 4.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

## 5. Ativos intangíveis

### 5.1 Políticas contábilísticas

#### Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

#### Imparidade

Os ativos intangíveis da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contábilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

#### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

### 5.2 Estimativas e julgamentos

#### Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

#### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 5.3 Detalhe e movimento

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os seguintes valores:

	2021	2020
Propriedade Industrial e outros direitos	5.120.000	5.333.333
	5.120.000	5.333.333

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As amortizações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos (nota 25)	31.12.2021
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.068.058)	(213.333)	(1.281.391)
	(1.068.058)	(213.333)	(1.281.391)
Valor líquido	5.333.333	(213.333)	5.120.000

Valor bruto	31.12.2019	Aumentos	31.12.2020
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos (nota 25)	31.12.2020
Propriedade Industrial e outros direitos	(854.725)	(213.333)	(1.068.058)
	(854.725)	(213.333)	(1.068.058)
Valor líquido	5.546.667	(213.333)	5.333.333

A movimentação em 2021, tal como em 2020, resume-se ao reconhecimento da amortização anual.

## 6 Ativos fixos tangíveis

### 6.1 Políticas Contabilísticas

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (*deemed cost*), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

#### Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

#### Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflète as

avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

#### **Desreconhecimento**

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## **6.2 Estimativas e julgamentos**

#### **Vida Útil**

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

#### **Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## **6.3 Detalhe e movimento**

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 de:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Terrenos e Recursos Naturais	<b>117.934.373</b>	117.677.825
Edifícios e Outras construções	<b>88.189.370</b>	91.437.100
Equipamento Básico	<b>418.106.262</b>	430.886.255
Equipamento de Transporte	<b>49.418</b>	69.491
Equipamento Administrativo	<b>3.603.847</b>	3.532.596
Outros ativos fixos tangíveis	<b>2.237.104</b>	2.418.973
Ativos fixos tangíveis em curso	<b>9.205.347</b>	6.437.868
	<b>639.325.720</b>	652.460.107

Os ativos tangíveis ascendiam a 639,3 milhões de euros no final de 2021, menos 13,1 milhões de euros que em 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2021
Terrenos e Recursos Naturais	117.677.825	-	256.548	-	-	117.934.373
Edifícios e Outras construções	218.394.538	4.806	830.380	-	-	219.229.723
Equipamento Básico	1.079.125.926	2.485.746	4.964.548	-	(1.155.513)	1.085.420.707
Equipamento de Transporte	1.284.966	7.377	-	-	-	1.292.343
Equipamento Administrativo	28.468.965	638.079	1.084.935	-	-	30.191.979
Outros ativos fixos tangíveis	25.994.973	186.887	143.225	-	-	26.325.085
Ativos fixos tangíveis em curso	6.437.868	10.047.114	(7.279.635)	-	-	9.205.347
	<b>1.477.385.060</b>	<b>13.370.010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.155.513)</b>	<b>1.489.599.557</b>

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2021
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(126.873.891)	(4.166.463)	-	-	-	(131.040.353)
Equipamento Básico	(648.323.218)	(20.146.740)	-	-	1.155.513	(667.314.446)
Equipamento de Transporte	(1.215.475)	(27.450)	-	-	-	(1.242.925)
Equipamento Administrativo	(24.936.368)	(1.651.764)	-	-	-	(26.588.132)
Outros ativos fixos tangíveis	(23.576.000)	(511.982)	-	-	-	(24.087.982)
	<b>(824.924.953)</b>	<b>(26.504.398)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.155.513</b>	<b>(850.273.838)</b>
Valor líquido	<b>652.460.107</b>	<b>(13.134.388)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>639.325.720</b>

O movimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi:

Valor bruto	31.12.2019	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2020
Terrenos e Recursos Naturais	117.639.879	-	37.946	-	-	117.677.825
Edifícios e Outras construções	216.684.791	4.806	1.621.394	83.548	-	218.394.538
Equipamento Básico	1.070.453.578	1.394.119	7.887.361	-	(609.131)	1.079.125.926
Equipamento de Transporte	1.276.190	7.239	1.537	-	-	1.284.966
Equipamento Administrativo	27.332.556	342.512	801.757	-	(7.861)	28.468.965
Outros ativos fixos tangíveis	25.707.624	324.171	182.312	-	(219.134)	25.994.973
Ativos fixos tangíveis em curso	9.401.007	7.569.167	(10.532.306)	-	-	6.437.868
	<b>1.468.495.623</b>	<b>9.642.015</b>	<b>-</b>	<b>83.548</b>	<b>(836.126)</b>	<b>1.477.385.060</b>

Valor Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2020
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(122.509.373)	(4.364.517)	-	-	-	(126.873.891)
Equipamento Básico	(628.920.136)	(19.928.666)	-	(83.548)	609.131	(648.323.218)
Equipamento de Transporte	(1.175.873)	(39.602)	-	-	-	(1.215.475)
Equipamento Administrativo	(23.478.844)	(1.465.022)	-	-	7.498	(24.936.368)
Outros ativos fixos tangíveis	(23.250.059)	(545.075)	-	-	219.134	(23.576.000)
	<b>(799.334.285)</b>	<b>(26.342.883)</b>	<b>-</b>	<b>(83.548)</b>	<b>835.763</b>	<b>(824.924.953)</b>
Valor líquido	<b>669.161.338</b>	<b>(16.700.869)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(362)</b>	<b>652.460.107</b>

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Equipamento básico” incluía ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 4,2 milhões de euros (2,9 milhões de euros em 2020).

As aquisições ocorridas no exercício de 2021 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 13.370.010 euros e respeitam essencialmente a:

- Central hídrica da Asseiceira;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Intervenção no reservatório de Alcanhões;
- Intervenções em edifícios.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2021, registou um acréscimo de 2,8 milhões de euros, com um incremento de 10,0 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 7,3 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 9.205.347 euros, respeita essencialmente à central hídrica da Asseiceira (2,2 milhões de euros), às intervenções de reabilitação da rede de distribuição (0,7 milhões de euros) e às intervenções na 1ª linha da bateria de filtração da ETA da Asseiceira (0,6 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multirriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 6.1.. As depreciações do exercício de 2021, no montante de 26.504.398 euros (26.342.883 euros em 2020), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (nota 25).

Em 2021 foram capitalizados gastos com pessoal (1,4 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,2 milhões de euros) no valor global de 1,6 milhões de euros (notas 23 e 24).

## 7. Locações

### 7.1 Políticas Contabilísticas

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

#### A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

## Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

## Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

## B) Contabilização nos locatários

### Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

#### *Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

#### *Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### Mensuração subsequente da locação

#### *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	20 Intervalo de anos 20
Licenças de <i>software</i>	3
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
  - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

### Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 7.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e o respetivo movimento ocorrido no período é como segue:

Ativos sob direito de uso	31/12/2020			31/12/2021					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Ajustamentos ao valor bruto e AA	Amortizações do exercício (nota 25)	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	
<b>Ativos sob direito de uso classificados como locações operacionais (IAS17) até 2018</b>									
Equipamento de transporte	2.353.470	-1.346.366	1.007.105	-10.592	-668.040	2.342.878	-2.014.405	328.473	
Licenças	1.212.323	-33.676	1.178.648	0	-404.108	1.212.323	-437.783	774.540	
<b>Total</b>	<b>3.565.794</b>	<b>-1.380.041</b>	<b>2.185.752</b>	<b>-10.592</b>	<b>-1.072.147</b>	<b>3.555.202</b>	<b>-2.452.189</b>	<b>1.103.013</b>	

## 7.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são os seguintes:

<b>Capital em dívida</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Não corrente	-	746.259
Corrente	746.259	1.097.743
	<b>746.259</b>	<b>1.844.002</b>

  

<b>Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento de transporte	341.865	1.038.757
Licenças informáticas	404.394	805.246
	<b>746.259</b>	<b>1.844.002</b>

  

<b>Futuros pagamentos mínimos</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Até 1 ano	753.017	1.128.923
De 1 a 5 anos	-	753.017
Mais de 5 anos	-	-
	<b>753.017</b>	<b>1.881.940</b>

  

<b>Juros</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Até 1 ano	6.758	31.180
De 1 a 5 anos	-	6.758
Mais de 5 anos	-	-
	<b>6.758</b>	<b>37.938</b>

  

<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Até 1 ano	746.259	1.097.743
De 1 a 5 anos	-	746.259
Mais de 5 anos	-	-
	<b>746.259</b>	<b>1.844.002</b>

## 7.4 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2021 ascenderam a 1,6 milhões de euros. As despesas contabilizadas como gasto em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou prazo inferior a 12 meses.

<b>Total de pagamentos da locação</b>	<b>31/12/2021</b>
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	1.102.843
Contabilizadas como despesa em resultados (nota 23)	481.228
	<b>1.584.071</b>

## 8. Propriedades de investimento

### 8.1 Políticas Contabilísticas

#### Reconhecimento e mensuração

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital

ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

## Depreciações

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 6.1).

## Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

## Imparidade e justo valor

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas regularmente por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

## 8.2 Detalhe e movimento

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

		2021	2020
Terrenos		12.883.738	12.883.738
Edifícios		2.454.269	2.454.269
		<b>15.338.006</b>	<b>15.338.006</b>
Depreciações acumuladas		(2.174.190)	(2.096.152)
		<b>13.163.816</b>	<b>13.241.854</b>

  

Depreciações acumuladas	nota	2021	2020
Saldo inicial		(2.096.152)	(2.100.647)
Amortizações do exercício	25	(78.038)	(79.053)
Outros		-	83.548
Saldo final		<b>(2.174.190)</b>	<b>(2.096.152)</b>

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

## Justo valor

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor.

Em 31 de dezembro de 2021 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 97% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2020 apresenta um valor de 20,1 milhões de euros através do método de mercado e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2021 ascende a 12,9 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total (cerca de 2,5%), foi avaliado em janeiro de 2021 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,9 milhões de euros e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2021 ascende a 0,2 milhões de euros.

Atendendo que durante o ano de 2021 não se verificaram alterações significativas na evolução do mercado imobiliário, nem eventos excecionais que possam ter originado variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores, eventuais novas avaliações não aduzirão informações diferentes e/ou relevantes às atualmente disponíveis.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor determinado nas demonstrações financeiras da Empresa é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

## 9. Outros ativos financeiros

### 9.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 11.

### 9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos “outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Ativo não corrente:		
Outros ativos financeiros	159.648	138.848
	159.648	138.848

O montante registado na rubrica “Outros ativos financeiros”, que ascendia a 159.648 euros, corresponde essencialmente a valores cativos à ordem dos tribunais (97.801 euros) e aos valores do Fundo de compensação do trabalho (61.847 euros).

## 10. Clientes

### 10.1 Políticas contabilísticas

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

- i. Ativos financeiros detidos para negociação;
- ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
- iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

### **Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

### **Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### **Reconhecimento inicial**

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor, e os respetivos custos de transação são adicionados ao justo valor.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o ativo for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

### **Crédito abatido ao ativo (write-off)**

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

### **Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros**

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

### **Imparidade de ativos financeiros**

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

### **Política de desconhecimento**

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas

de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor; os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contábilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 10.2 Estimativas e julgamentos

### Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do período. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

### 10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	6.722.026	6.722.026
Clientes gerais	246.016	23.191.421	23.437.437
	246.016	29.913.447	30.159.462
Estimativa de serviços a faturar	-	10.929.913	10.929.913
	246.016	40.843.359	41.089.375
Imparidade	-	(12.572.223)	(12.572.223)
	246.016	28.271.136	28.517.152

	31.12.2020		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	5.514.305	5.514.305
Cientes gerais	85.741	22.807.333	22.893.074
	<b>85.741</b>	<b>28.321.638</b>	<b>28.407.379</b>
Estimativa de serviços a faturar	-	10.458.987	10.458.987
	<b>85.741</b>	<b>38.780.625</b>	<b>38.866.366</b>
Imparidade	-	(11.467.626)	(11.467.626)
	<b>85.741</b>	<b>27.312.999</b>	<b>27.398.740</b>

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2021, de 28.271.136 euros (27.312.999 euros em 2020).

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Clientes - conta corrente	17.340.505	16.853.396
Clientes - juros de mora	719	616
Clientes de cobrança duvidosa	12.572.223	11.467.626
Estimativa de serviços a faturar	10.929.913	10.458.987
	<b>40.843.359</b>	<b>38.780.625</b>
Perdas por imparidade de clientes	(12.572.223)	(11.467.626)
	<b>28.271.136</b>	<b>27.312.999</b>

A desagregação do saldo corrente de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2021	2020
Clientes Diretos	27.846.047	27.202.330
Clientes Municipais e Multimunicipais	12.997.313	11.578.295
	<b>40.843.359</b>	<b>38.780.625</b>

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição e respetiva imparidade de saldos a receber de clientes, detalhada por antiguidade é como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Total
	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	
					Baixo			
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		
Exposição bruta	8.785.058	4.212.255	12.997.313	526.143	1.684.473	25.881.446	28.092.062	41.089.375
Imparidade	-	-	-	-	-	-12.572.223	-12.572.223	-12.572.223
Exposição líquida	<b>8.785.058</b>	<b>4.212.255</b>	<b>12.997.313</b>	<b>526.143</b>	<b>1.684.473</b>	<b>13.309.223</b>	<b>15.519.839</b>	<b>28.517.152</b>

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
	Tipologia de clientes	Outros		Estado, Setor Público e outros				
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	3.433.715	-	-	3.433.715	9.202.093	(259.296)	3%	8.942.797
Vencida até 180 dias	91.878	-	-	91.878	4.827.551	(136.030)	3%	4.691.521
Vencida há mais de 180 dias	686.662	-	-	686.662	13.536.275	(12.176.897)	90%	1.359.378
	4.212.255	-	-	4.212.255	27.565.919	(12.572.223)	46%	14.993.696

O movimento das imparidades do ano foi a seguinte:

	nota	Negócio "Alta"		Negócio "Baixa"			TOTAL
		Municípios	Outros	Municípios	Estado e Setor Público	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		0	0	0	0	9.993.535	9.993.535
Aumento	27					1.630.096	1.630.096
Reversão	27					-156.005	-156.005
Saldo em 31 de dezembro de 2020		0	0	0	0	11.467.626	11.467.626
Aumento	27					1.324.231	1.324.231
Reversão	27					-219.634	-219.634
Saldo em 31 de dezembro de 2021		0	0	0	0	12.572.223	12.572.223

## 11. Outras contas a receber

### 11.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a outras contas a receber, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 16 – Benefícios aos empregados
- 17 – Subsídios ao investimento

### 11.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Operações com pessoal:						
. Excesso de cobertura de Fundo de Pensões	7.997.000	-	7.997.000	5.235.000	-	5.235.000
. Outras operações com pessoal	-	20.357	20.357	-	48.297	48.297
Contas a receber diversas:						
. Taxas a receber de clientes por conta da CML	-	14.276.255	14.276.255	-	13.044.983	13.044.983
. Apoio Tesouraria Acionista	-	-	-	-	22.000.000	22.000.000
. Adiantamentos a fornecedores	-	42.029	42.029	-	35.623	35.623
. Outras contas a receber	5.603.196	2.824.435	8.427.630	6.063.517	1.618.141	7.681.658
Acréscimos de rendimentos:						
. Acr. rendimentos com juros de mora clientes	-	50.605	50.605	-	-	-
. Outros acréscimos de rendimentos	-	1.424.491	1.424.491	-	1.919.986	1.919.986
Encargos diferidos:						
. Seguros	-	517.631	517.631	-	115.515	115.515
. Outros encargos diferidos	-	203.060	203.060	-	87.798	87.798
Estado e outros entes públicos	-	81.091	81.091	-	61.813	61.813
	<b>13.600.196</b>	<b>19.439.954</b>	<b>33.040.150</b>	<b>11.298.517</b>	<b>38.932.156</b>	<b>50.230.673</b>
Imparidade	-	(393.444)	(393.444)		(393.444)	(393.444)
	<b>13.600.196</b>	<b>19.046.510</b>	<b>32.646.706</b>	<b>11.298.517</b>	<b>38.538.712</b>	<b>49.837.229</b>

O montante considerado em outras contas a receber não corrente corresponde à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2021 o valor da dívida bruta, que ascende a 5,5 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (0,9 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante 0,8 milhões de euros. Em 2021 foram considerados em outros rendimentos financeiros 124 mil euros relativos à atualização financeira da dívida da ex-AdO (atual Águas do Vale do Tejo) (nota 31).

Verifica-se em 2021 um excesso de cobertura respeitante ao Plano de Pensões de Benefício Definido da EPAL, apresentando um valor total de 7.997.000 euros (5.235.000 euros em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 não havia qualquer apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS (em 31 de dezembro de 2020 era de 22 milhões de euros).

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo). Encontram-se ainda reconhecidos os valores por receber relativos a subsídios, correspondentes a candidaturas aprovadas que se encontram ainda em execução.

As taxas da CML correspondem aos valores faturados a clientes direitos e que constituem receita da CML (saneamento, adicional e resíduos).

## 12. Inventários

### 12.1 Políticas Contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Peças de manutenção (desgaste rápido)	2.665.203	2.725.136
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	174.109	153.597
	<b>2.839.312</b>	<b>2.878.733</b>

Os movimentos constam da nota 22.

## 13. Caixa e equivalentes de caixa

### 13.1 Políticas Contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam descobertos bancários.

### 13.2 Detalhe

O detalhe de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2021 e 2020 é como segue

	2021	2020
Numerário	31.442	31.260
Depósitos à ordem	11.493.836	8.186.715
Depósitos a prazo	110.000.000	75.000.000
	<b>121.525.278</b>	<b>83.217.975</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>121.525.278</b>	<b>83.217.975</b>

O valor de 110,0 milhões de euros respeita a CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) constituídos junto do IGCP, e cujo vencimento ocorreu no início de janeiro de 2022.

## 14. Capital próprio

### 14.1 Políticas Contabilísticas

#### Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

## Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 14.2 Capital Social

O capital da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

## 14.3 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi determinado conforme segue:

	2021	2020
Resultados		
Resultado líquido do exercício	49.659.244	46.972.206
Número de ações		
Número médio de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	1,66	1,57

## 14.4 Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentava a seguinte desagregação:

	2021	2020
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	(4.064)	(4.064)
	52.167.314	52.167.314

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

## 14.5 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentava o seguinte saldo:

	2021	2020
Resultados transitados	402.321.113	390.958.744

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	2021	2020
Saldo Inicial	390.958.744	380.282.024
Aplicação do resultado líquido	46.972.206	52.483.454
Dividendos pagos	(37.577.765)	(41.986.763)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	1.967.928	180.030
Saldo Final	402.321.113	390.958.744

### Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, a 37.577.765 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2021.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros

utilizados e os valores efetivamente verificados, das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido (notas 11 e 16).

## 15. Provisões, ativos e passivos contingentes

### 15.1 Políticas Contabilísticas

#### Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da EPAL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

#### Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da EPAL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

### 15.2 Estimativas e julgamentos

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 15.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	2021	2020
Provisões:		
Processos judiciais em curso	318.377	414.474
Acidentes de trabalho	96.352	-
Outras provisões - judiciais	150.000	175.750
	<b>564.730</b>	<b>590.224</b>

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi conforme se segue:

2021					
	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	414.474	115.505	(101.352)	(110.250)	318.377
Acidentes de trabalho	-	96.352	-	-	96.352
Outras provisões - judiciais	175.750	-	-	(25.750)	150.000
	<b>590.224</b>	<b>211.857</b>	<b>(101.352)</b>	<b>(136.000)</b>	<b>564.730</b>

2020					
	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	271.178	146.047	(2.750)	-	414.474
Outras provisões - judiciais	174.789	4.863	-	(3.902)	175.750
	<b>445.967</b>	<b>150.910</b>	<b>(2.750)</b>	<b>(3.902)</b>	<b>590.224</b>

O valor relativo a outras provisões está relacionado com montantes para fazer face a eventual contencioso laboral que possa ser imputado à EPAL de acordo com a informação e melhor estimativa que nesta data se encontra disponível, nomeadamente a contingência de eventuais reposições salariais decorrentes de promoções.

### Processos judiciais em curso

A EPAL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

### Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa demonstram-se como se segue:

	2021	2020
Banco Europeu de Investimento (nota 18)	78.852.054	89.138.319
Tribunais	5.175.900	5.175.900
Outros	493.200	474.625
	<b>84.521.154</b>	<b>94.788.843</b>

## 16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

### 16.1 Política Contabilística

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma, quando existam.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

#### Contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

#### Benefício definido (BD)

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício quando são efetuadas alterações aos benefícios atribuídos no plano de pensões.

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) dos ganhos e perdas atuariais apurados em consequência de alterações nos pressupostos atuariais e ajustamentos de experiência; e (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo os montantes incluídos no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) o efeito de alterações aos benefícios do plano correspondentes a serviços passados; e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista do sistema de benefícios acordado..

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo constituído autónomo.

## 16.2 Estimativas e julgamentos

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios.

## 16.3 Detalhe e movimento

### Benefício pós-emprego - plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2021 e 2020, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2021	2020
Contribuições da Empresa	409.106	414.273
Contribuições dos colaboradores	26.778	24.455
	435.884	438.728

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 409.106 euros (414.273 euros em 2020).

### Benefícios pós-emprego - plano de benefícios definidos

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021 por uma entidade externa independente.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados, foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes

	2021	2020
Taxa de desconto	0,45%	0,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 7 meses	66 e 5 meses

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 8 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2021	2020
Custo dos serviços correntes	16.000	22.500
Juro líquido	-	(25.000)
Total de gastos	16.000	(2.500)

Com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2021	2020
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	24.948.000	28.111.000
Justo valor dos ativos do fundo	32.945.000	33.346.000
Ativo com planos de benefícios definidos (nota 11)	7.997.000	5.235.000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	-	115.000
Passivo com planos de benefícios definidos	-	115.000

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2021	28.111.000	(33.346.000)	(5.235.000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	16.000	-	16.000
Juro líquido	-	-	-
Benefícios pagos/previstos	(2.247.000)	2.192.000	(55.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	12.000		12.000
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	(944.000)		(944.000)
(ganhos)/ perdas de rendimento		(1.791.000)	(1.791.000)
A 31 de dezembro 2021	24.948.000	(32.945.000)	(7.997.000)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue

	Justo valor	
	2021	2020
Instrumentos de capital próprio	10.779.443	11.060.754
Instrumentos de dívida	20.922.832	20.995.170
Outros	1.242.725	1.290.076
	32.945.000	33.346.000

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Pressuposto		
Taxa de desconto	+ 0,20%	Diminuição de 1,6%

Um incremento de 0,2% na taxa de desconto diminuiria as responsabilidades em 1,6%, (401 mil euros).

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

## Política de investimento do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o downgrade de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;

- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- Num mercado regulamentado; ou
- Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da 'Time Weighted Rate of Return'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

## 17. Subsídios ao investimento

### 17.1 Políticas Contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

### 17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2021	Rédito por reconhecer em 2020
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801	216.801	4.927	167.529	49.272	54.200
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.192	5.684.192	106.961	4.400.665	1.283.527	1.390.488
COMPART. OURÉM	550.553	550.553	10.360	426.234	124.319	134.679
COMPART. T.NOVAS	435.315	435.315	8.191	337.018	98.297	106.488
COMPART. TOMAR	497.804	497.804	9.367	385.397	112.407	121.775
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720	3.027.720	56.973	2.344.041	683.679	740.652
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.959	4.959	93	3.839	1.119	1.213
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.726	72.726	1.444	52.514	20.211	21.655

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2021	Rédito por reconhecer em 2020
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239	11.125.239	220.848	8.033.361	3.091.878	3.312.726
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576	7.635.576	63.630	6.872.018	763.558	827.188
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370	9.405.370	188.107	5.078.901	4.326.470	4.514.577
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.820	74.820	384	64.460	10.360	10.744
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.817	22.472.817	449.456	11.685.865	10.786.952	11.236.408
SANTA MARGARIDA	274.339	274.339	5.487	142.656	131.683	137.170
MINDE/MIRA D'AIRE/BATALHA/LEIRIA	4.472.789	4.472.789	107.191	2.864.923	1.607.866	1.715.057
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104	87.104	1.729	62.896	24.208	25.937
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.941	139.941	3.354	89.636	50.305	53.659
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.941	139.941	3.354	89.636	50.305	53.659
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118	66.118	1.585	42.350	23.768	25.352
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118	66.118	1.585	42.350	23.768	25.352
PROJECTO SPRINT	21.604	21.604	-	-	21.604	21.604
EDP	373.874	373.874	23.367	223.004	150.869	174.236
MINISTÉRIO DA SAUDE	375.061	375.061	7.584	68.886	306.175	313.759
FUNDO AMBIENTAL	427	427	-	-	427	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	6.381.352	6.381.352	329.674	970.138	5.411.214	5.102.753
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE	186.599	24.396	-	-	186.599	186.599
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES	796.746	-	-	-	796.746	796.746
OE AZAMBUJA	239.115	239.115	76.517	76.517	162.598	-
	<b>74.825.020</b>	<b>73.866.072</b>	<b>1.682.167</b>	<b>44.524.834</b>	<b>30.300.186</b>	<b>31.105.103</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

	2021	2020
Subsídios ao investimento	1.682.167	1.503.236
	<b>1.682.167</b>	<b>1.503.236</b>

Em 2021 foi ainda reconhecido um novo subsídio e ajustado o valor reconhecido relativo a um subsídio POSEUR decorrente do recebimento de um valor que não havia sido previsto inicialmente – 323.336 euros.

## 18. Empréstimos

### 18.1 Políticas Contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

## Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

## 18.2 Detalhe e movimento

Os empréstimos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

	2021	2020
Empréstimos bancários - BEI		
Não corrente	68.482.225	78.852.054
Corrente	10.369.829	10.286.265
Juros a liquidar	62.756	-
	<b>78.914.810</b>	<b>89.138.319</b>

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 15).

## Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	78.852.054	10.286.265	89.138.319
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.369.829)	10.369.829	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.286.265)	(10.286.265)
Variação na especialização de juros nominais	-	62.756	62.756
Saldo final	<b>68.482.225</b>	<b>10.432.585</b>	<b>78.914.810</b>

	31.12.2020		Total
	Não corrente	Corrente	
Saldo inicial	89.138.319	12.528.184	101.666.503
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.286.265)	10.286.265	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(12.528.184)	(12.528.184)
Variação na especialização de juros nominais	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>78.852.054</b>	<b>10.286.265</b>	<b>89.138.319</b>

### Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BEI em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

	2021	2020
Maturidade:		
até 1 ano	10.369.829	10.286.265
1 a 2 anos	10.455.900	10.369.829
2 a 3 anos	10.544.552	10.455.900
3 a 4 anos	10.635.863	10.544.552
4 a 5 anos	10.729.912	10.635.863
superior a 5 anos	26.115.999	36.845.910
	<b>78.852.054</b>	<b>89.138.319</b>

### Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital a reembolsar relativo aos empréstimos BEI apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	2021	2020
Taxa juro variável		
até 1 ano	5.111.111	5.111.111
1 a 2 anos	5.111.111	5.111.111
2 a 3 anos	5.111.111	5.111.111
superior a 3 anos	19.194.444	24.305.555
	<b>34.527.778</b>	<b>39.638.889</b>
Taxa juro fixa		
até 1 ano	5.258.718	5.175.154
1 a 2 anos	5.344.789	5.258.718
2 a 3 anos	5.433.441	5.344.789
superior a 3 anos	28.287.329	33.720.770
	<b>44.324.277</b>	<b>49.499.430</b>
	<b>78.852.054</b>	<b>89.138.319</b>

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 56% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 44% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

### Justo valor

Os empréstimos obtidos pela EPAL correspondem a empréstimos BEI (78.852.054 euros).

Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI a Empresa se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos, não sendo possível desta forma determinar a que taxas a EPAL se poderia financiar atualmente para as maturidades contratadas; não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

## 19. Fornecedores e outras contas a pagar

### 19.1 Políticas Contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
- Fornecedores de investimento	-	1.192.720	<b>1.192.720</b>	-	1.467.642	<b>1.467.642</b>
- Fornecedores gerais		3.407.824	<b>3.407.824</b>	-	3.354.568	<b>3.354.568</b>
<b>Outras contas a pagar</b>						
- Adiantamentos de clientes	-	-	-		151.288	<b>151.288</b>
- Taxas Saneamento e RSU - CML	-	21.271.722	<b>21.271.722</b>		19.421.628	<b>19.421.628</b>
- CTA - AdVT	-	4.076.560	<b>4.076.560</b>		3.833.432	<b>3.833.432</b>
- Outros		1.399.442	<b>1.399.442</b>		1.366.112	<b>1.366.112</b>
<b>Acréscimos de gastos e diferimentos</b>						
- Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal		3.291.609	<b>3.291.609</b>		3.244.607	<b>3.244.607</b>
- Serviços prestados por fornecedores e não faturados		3.833.910	<b>3.833.910</b>		4.151.417	<b>4.151.417</b>
Estado e outros entes públicos		7.361.895	<b>7.361.895</b>		6.760.661	<b>6.760.661</b>
	-	45.835.682	<b>45.835.682</b>	-	43.751.355	<b>43.751.355</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	2021	2020
Estado e outros entes públicos passivos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	371.717	381.090
Imposto sobre o Valor Acrescentado	403.827	20.598
Contribuições para a Segurança Social	626.759	670.418
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	1.589	1.461
Taxa de Recursos Hídricos	5.958.003	5.687.095
Estado e outros entes públicos passivos	7.361.895	6.760.661

## 20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2021	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos não correntes	39.960.067	-	39.960.067
Outros ativos financeiros	159.648	-	159.648
Caixa e seus equivalentes	121.525.278	-	121.525.278
	<b>161.644.992</b>	<b>-</b>	<b>161.644.992</b>
Empréstimos	-	78.914.810	78.914.810
Fornec. e outros passivos não correntes	-	31.348.267	31.348.267
	<b>-</b>	<b>110.263.078</b>	<b>110.263.078</b>

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2020	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos não correntes	38.370.220	-	38.370.220
Outros ativos financeiros	138.848	-	138.848
Caixa e seus equivalentes	83.217.975	-	83.217.975
	<b>121.727.043</b>	<b>-</b>	<b>121.727.043</b>
Empréstimos	-	89.138.319	89.138.319
Fornec. e outros passivos não correntes	-	30.385.790	30.385.790
	<b>-</b>	<b>119.524.108</b>	<b>119.524.108</b>

A rubrica de outros ativos não correntes não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos correntes não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

## 21. Rédito de contratos com clientes

### 21.1 Políticas Contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

#### **Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água:**

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### **Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água:**

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m<sup>3</sup>), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

## **21.2 Detalhe e movimento**

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhado conforme se segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Venda de água e quota de serviço	<b>159.344.999</b>	159.973.409
Prestação de serviços	<b>1.187.145</b>	1.224.304
<b>Rédito de contratos com clientes</b>	<b>160.532.144</b>	<b>161.197.713</b>

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2021 a 159.344.999 euros, em resultado dos cerca de 196,2 milhões de m<sup>3</sup> vendidos (197,7 milhões de m<sup>3</sup> em 2020).

No final de 2021 a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a cerca de 359 mil clientes diretos.

Em 2021, as prestações de serviços ascenderam a 1.187.145 euros (1.224.304 euros em 2020). A redução verificada nos últimos 2 anos deveu-se essencialmente à quebra da atividade económica na cidade de Lisboa, devido à pandemia

## **22. Gastos das vendas**

A rubrica de "Gasto das vendas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.821.790	1.925.969
	<b>1.821.790</b>	<b>1.925.969</b>

A rubrica de custo das vendas inclui sobretudo os reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento, assegurando a qualidade da água para consumo humano.

	Matérias subsidiárias	Total a 31.12.2021
Inventário Inicial (nota 12)	153.597	153.597
Compras	1.842.302	1.842.302
<b>Inventário final (nota 12)</b>	<b>174.109</b>	<b>174.109</b>
<b>CMVMC</b>	<b>1.821.790</b>	<b>1.821.790</b>

## 23. Fornecimentos e serviços externos

### 23.1 Políticas Contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

### 23.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" (FSE) é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Eletricidade	10.768.670	13.719.532
Conservação e reparação	6.494.542	8.069.545
Trabalhos especializados	4.338.509	4.361.180
Comunicação	1.178.856	1.159.406
Vigilância e segurança	936.258	944.912
Publicidade e propaganda	421.392	467.157
Subcontratos	653.622	517.354
Limpeza, higiene e conforto	723.965	543.342
Combustíveis	505.887	406.852
Seguros	424.668	359.413
Rendas e alugueres	481.228	403.825
Outros forn. serv. externos	3.769.947	3.750.750
	<b>30.697.544</b>	<b>34.703.267</b>
FSE capitalizados (nota 6)	(153.461)	(359.112)
	<b>30.544.083</b>	<b>34.487.313</b>

Em termos de FSE, em 2021, destaca-se:

- A eletricidade com 10,8 milhões de euros, apresenta uma redução face ao gasto incorrido no ano anterior, devido essencialmente ao impacto do novo contrato de AT/MT que entrou em vigor em janeiro de 2021, o qual apresenta uma redução de preço face ao anterior contrato;
- A Conservação e Reparação no montante global de 6,5 milhões de euros, reflete os gastos da Empresa com as ações de manutenção preventiva e corretiva, no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- O aumento verificado em 2021 na rubrica de rendas e alugueres decorre da utilização do expediente prático previsto na IFRS 16 (nota 7), nomeadamente a sua exclusão do âmbito da norma quando os contratos de locação têm um término contratual até 12 meses, o que implica o aumento desta rubrica.

Os impactos nesta rubrica decorrentes da pandemia são apresentados na nota 36.

## 24. Gastos com o pessoal

### 24.1 Políticas Contabilísticas

Ver política contabilística na nota 16 e 2.3.1..

### 24.2 Detalhe

A rubrica de "Gastos com o pessoal" em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações	26.852.945	27.209.425
Encargos sobre remunerações	6.129.558	6.218.968
Seguros	1.686.418	1.923.255
Indemnizações por rescisão	-	188.006
Outros gastos com pessoal	1.312.070	1.229.556
	<b>35.980.991</b>	<b>36.769.210</b>
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1.431.249)	(1.344.032)
Redebitos à AdLVT	(9.813.225)	(9.939.235)
	<b>24.736.517</b>	<b>25.485.944</b>

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados nos quadros de pessoal da EPAL os trabalhadores/as provenientes das entidades agregadas na Águas do Vale do Tejo. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2021, de 644 trabalhadores/as, número inferior ao registado em 2020 (651 trabalhadores/as).

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais, encontra-se divulgada no Relatório do Governo Societário.

### Remunerações dos Órgãos Sociais

	2021	2020
Conselho de administração	423.815	442.588
Conselho Fiscal	53.279	53.279
Revisor Oficial de Contas	13.182	13.184
	<b>490.277</b>	<b>509.051</b>

## Número médio de colaboradores

	2021	2020
Órgãos sociais	12	12
Colaboradores	1.032	1.028
EPAL	648	654
Afetos à gestão delegada da AdVT	394	374

## 25. Amortizações e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Gastos de amortização e reversões do período” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	2021	2020
Propriedades de investimento (nota 8)	78.038	79.053
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	26.504.398	26.342.883
Ativos fixos intangíveis (nota 5)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 7)	1.072.147	745.963
	<b>27.867.916</b>	<b>27.381.233</b>

Os gastos com amortizações totalizaram 27.867.916 euros em 2021, dos quais 26.504.398 euros relativos a ativos fixos tangíveis, 213.333 euros a ativos fixos intangíveis, 78.038 euros a propriedades de investimento e 1.072.147 a ativos sob direito de uso (IFRS 16).

## 26. Provisões e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Provisões e reversões do período” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é conforme se segue:

	2021	2020
Provisões – processos judiciais (nota 15)	115.505	146.047
Provisões – outras (nota 15)	96.352	4.863
	<b>211.857</b>	<b>150.910</b>
Reversão de provisões - processos judiciais (nota 15)	(101.352)	(2.750)
	<b>(101.352)</b>	<b>(2.750)</b>
	<b>110.505</b>	<b>148.160</b>

## 27. Perdas por imparidade e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do período” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é conforme se segue:

	2021	2020
Perdas por imparidade – clientes (nota 10)	1.324.231	1.630.096
	<b>1.324.231</b>	<b>1.630.096</b>
Reversão de perdas por imparidade – clientes (nota 10)	(219.634)	(156.005)
	<b>(219.634)</b>	<b>(156.005)</b>
	<b>1.104.597</b>	<b>1.474.091</b>

Em 2021, o valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituídas deduzidas de reversões) foi de 1.104.597 euros (1.474.091 euros em 2020) (ver nota 10).

## 28. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é:

	2021	2020
Impostos e taxas	3.945.720	3.954.770
Componente tarifária acrescida	4.243.794	4.226.515
Encargos com cobranças	808.531	743.511
Indemnizações por roturas	196.703	172.100
Donativos	94.786	242.010
Quotizações	44.844	47.397
Outros	71.286	92.372
	<b>9.405.665</b>	<b>9.478.675</b>

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2.515 mil euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (991 mil euros).

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0783 euros/m<sup>3</sup> (0,0777 euros/m<sup>3</sup> em 2020), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 4.243.794 euros em 2021 (4.226.515 euros em 2020)

## 29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta os seguintes valores:

	2021	2020
Rendimentos suplementares	4.090.121	4.010.007
Rend. e ganhos em invest.não financeiros	75.334	71.599
Outros	205.205	179.491
	<b>4.370.660</b>	<b>4.261.097</b>

Na rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ascende a 4.090.121 euros e 4.010.007 euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.111.416 euros em 2021 (1.208.926 euros em 2020).

## 30. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros suportados:		
Financiamentos bancários (nota 18)	979.724	1.101.521
Locações (nota 7)	30.696	48.655
Outros juros	19.467	271
Garantias de financiamento	170.343	192.154
	<b>1.200.229</b>	<b>1.342.601</b>

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,0 milhões de euros em 2021 e 1,1 milhões de euros em 2020. O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa dispõe para os financiamentos BEI, correspondendo às comissões de garantias prestadas pelo Estado Português. Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS 16.

## 31. Rendimentos financeiros

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros obtidos	55.144	232.378
Outros rendimentos e ganhos financeiros	123.814	159.572
	<b>178.958</b>	<b>391.950</b>

Em 2021 os juros obtidos referem-se essencialmente aos juros relativos ao processo de um cliente. Os juros relativos a aplicações financeiras e apoio de Tesouraria à AdP SGPS apresentam um valor inexpressivo.

Os outros rendimentos e ganhos financeiros respeitam à atualização financeira da dívida de antiga AdO (agora Águas do Vale do Tejo) descrito na nota 11.2..

## 32. Imposto sobre o rendimento

### 32.1 Políticas Contabilísticas

#### Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a EPAL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 32.2 Detalhe e movimento

O imposto do exercício de 2021 ascendeu a 20,3 milhões de euros, dos quais 21,4 milhões de euros relativos a imposto corrente e menos 1,1 milhões de euros de imposto diferido.

	2021	2020
Imposto sobre o rendimento do exercício	21.766.051	20.408.191
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	(323.266)	(394.047)
Imposto do exercício	<b>21.442.785</b>	<b>20.014.144</b>
Impostos diferidos	(1.129.402)	(1.356.339)
Imposto diferido	<b>(1.129.402)</b>	<b>(1.356.339)</b>
Total de imposto	<b>20.313.383</b>	<b>18.657.805</b>

O valor considerado em excesso de estimativa de imposto em 2021 respeita ao benefício fiscal atribuído à EPAL respeitante ao SIFIDE do ano de 2020, cujo prazo legal de submissão da candidatura ocorreu após o período de fecho de contas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o rendimento - ativo	-	419.598
	-	419.598
	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o rendimento - passivo	3.625.734	-
	<b>3.625.734</b>	-

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Estimativa de Imposto	21.766.051	20.408.191
Retenções na fonte	(18.539)	(83.797)
Pagamentos adicionais por conta	(4.324.821)	(5.127.465)
Pagamentos por conta	(13.796.958)	(15.616.527)
Imposto a pagar/recuperar	<b>3.625.734</b>	<b>(419.598)</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Resultado antes de impostos	69.972.627	65.630.011
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.877	4.877
Multas e juros compensatórios	22.169	3.556
Outros	(57.898)	(98.798)
	<b>(30.852)</b>	<b>(90.365)</b>
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2.524.716	2.538.293
Imparidade	1.032.802	1.375.275
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.253.576	1.271.420
Provisões	185.598	106.499
Outros	(1.351.760)	(1.271.031)
	<b>3.644.932</b>	<b>4.020.457</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>73.586.707</b>	<b>69.560.102</b>
Imposto	15.453.208	14.607.621
Derrama	1.103.801	1.043.402
Derrama estadual	5.027.804	4.665.409
Tributações autônomas	181.239	91.759
Ajustamentos a exercícios anteriores	(323.266)	(394.047)
<b>Total de imposto corrente e ajustamentos</b>	<b>21.442.785</b>	<b>20.014.144</b>
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1.129.402)	(1.356.339)
<b>Total dos gastos do exercício</b>	<b>20.313.383</b>	<b>18.657.805</b>
<b>Taxa efetiva de imposto do exercício</b>	<b>29,0%</b>	<b>28,4%</b>

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

O detalhe dos impostos diferidos a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 era de:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto diferido ativo	2.702.918	2.681.043
	2.702.918	2.681.043
Imposto diferido passivo	32.968.490	33.265.946
	32.968.490	33.265.946
	<b>(30.265.572)</b>	<b>(30.584.902)</b>

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a movimentação em 2021 é:

	2020			Reforços/reversões em resultados			Reforços/vendas reservas			2021		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos												
Provisões												
Provisão para Pensões				96.352	29,4%	28.328.				96.352	29,4%	28.328
Provisão para Cobranças Duvidosas	6.426.164	29,4%	1.889.292.	137.257	29,4%	40.353.				6.563.421	29,4%	1.929.646
Provisão para outros riscos e encargos	176.259	29,4%	51.820.	(26.259)	29,4%	(7.720)				150.000	29,4%	44.100
Outros												
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	1.549.908	29,4%	455.673.	-	29,4%	-				1.549.908	29,4%	455.673
Actualização AdO e Sintra - conversão para IFRS	966.864	29,4%	284.258.	(132.948)	29,4%	(39.087)				833.915	29,4%	245.171
<b>Imposto Ativo</b>	<b>9.119.195</b>	<b>29,4%</b>	<b>2.681.043</b>	<b>74.402</b>	<b>29,4%</b>	<b>21.874</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.193.597</b>	<b>29,4%</b>	<b>2.702.918</b>
Passivos por Impostos Diferidos												
Reavaliações Legais	14.812.930.	29,4%	4.355.001.	(1.253.576)	29,4%	(368.551)				13.559.354	29,4%	3.986.450
Reavaliações Livres - Ativos Amortizáveis	46.171.336.	29,4%	13.574.373.	(2.515.302)	29,4%	(739.499)				43.656.034	29,4%	12.834.874
Reavaliações Livres - Terrenos	46.799.573.	29,4%	13.759.074.	-	-	-				46.799.573	29,4%	13.759.074
Mais valias reinvestidas	130.636.	29,4%	38.407.	(4.877)	29,4%	(1.434)				125.759	29,4%	36.973
Provisão para Pensões	5.235.000.	29,4%	1.539.090.	6.653	29,4%	1.956.	2.755.347	29,4%	810.072.	7.997.000	29,4%	2.351.118
<b>Imposto Passivo</b>	<b>113.149.475</b>	<b>29,4%</b>	<b>33.265.946</b>	<b>(3.767.101)</b>	<b>29,4%</b>	<b>(1.107.528)</b>	<b>2.755.347</b>	<b>29,4%</b>	<b>810.072</b>	<b>112.137.721</b>	<b>29,4%</b>	<b>32.968.490</b>
<b>Imposto Líquido</b>	<b>(104.030.280)</b>	<b>29,4%</b>	<b>(30.584.902)</b>	<b>3.841.504</b>	<b>29,4%</b>	<b>1.129.402</b>	<b>(2.755.347)</b>	<b>29,4%</b>	<b>(810.072)</b>	<b>(102.944.124)</b>	<b>29,4%</b>	<b>(30.265.572)</b>

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

### 33. Saldos e transações com partes relacionadas

#### 33.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

## 33.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021:

2021	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A	Águas da Re- gião de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Al- garve, S.A.	AdP Inter- na- cional S.A.	Simarsul, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.
<b>Ativo</b>														
Clientes		4.358	51.486	21.439										
Acréscimos Rendimentos	1.419			2.136.951	9.656	15.009	23.204						10.110	
Outras contas a receber	544			7.111.642	12.476	554	10.102		2.173	13.223	1.107	1.107	136.901	1.784
<b>Total</b>	<b>1.964</b>	<b>4.358</b>	<b>51.486</b>	<b>9.270.031</b>	<b>22.132</b>	<b>15.563</b>	<b>33.306</b>	<b>0</b>	<b>2.173</b>	<b>13.223</b>	<b>1.107</b>	<b>1.107</b>	<b>147.011</b>	<b>1.784</b>
<b>Passivo</b>														
Fornecedores	4.246	22.960	97.722					590						
Acréscimos Gastos	186.120	658		1.225.035										
Outras contas a pagar				4.076.560						453				
<b>Total</b>	<b>190.367</b>	<b>23.618</b>	<b>97.722</b>	<b>5.301.595</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>590</b>	<b>0</b>	<b>453</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Rendimentos</b>														
Vendas e prestações serviços		1.991	122.708	17.192.576										
Outros rendimentos e ganhos	1.209	12.154	12.313	66.418	113.720	179.151	50.419	60.958	13.819	11.950	1.500	10.595	237.604	5.550
Juros	3.131													
<b>Total</b>	<b>4.340</b>	<b>14.145</b>	<b>135.022</b>	<b>17.258.994</b>	<b>113.720</b>	<b>179.151</b>	<b>50.419</b>	<b>60.958</b>	<b>13.819</b>	<b>11.950</b>	<b>1.500</b>	<b>10.595</b>	<b>237.604</b>	<b>5.550</b>
<b>Gastos</b>														
Fornecimento e serv. Externos	3.090.683	658		966.416										
Custos com pessoal			630		480		-22.093	1.740						
Gastos com pessoal afeto concessão				-9.812.321										
Outros Gastos				-15.646										
<b>Total</b>	<b>3.090.683</b>	<b>658</b>	<b>630</b>	<b>-8.861.551</b>	<b>480</b>	<b>0</b>	<b>-22.093</b>	<b>1.740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dividendos</b>	<b>37.577.765</b>													

## Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2020:

2020	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simarsul, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.
<b>Ativo</b>												
Accionistas - Empréstimos	22.000.000											
Clientes		3.800	53.015									
Acréscimos Rendimentos	1.711			2.750.768	9.150	14.773	1.653					
Outras contas a receber	544			6.789.650	15.806	18.555	7.077		747			24.600
<b>Total</b>	<b>22.002.256</b>	<b>3.800</b>	<b>53.015</b>	<b>9.540.418</b>	<b>24.957</b>	<b>33.327</b>	<b>8.730</b>	<b>0</b>	<b>747</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.600</b>
<b>Passivo</b>												
Fornecedores		-69.943										
Acréscimos Gastos	265.699	46.647	40.202	1.187.545								
Outras contas a pagar				3.833.432						453		
<b>Total</b>	<b>265.699</b>	<b>-23.296</b>	<b>40.202</b>	<b>5.020.977</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>453</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Rendimentos</b>												
Vendas e prestações serviços		2.111	112.578	17.583.230								
Outros rendimentos e ganhos		90	30.101	38.174	113.791	176.844	24.019	18.629	35.607	8.400	4.000	25.860
Juros	227.656											
<b>Total</b>	<b>227.656</b>	<b>2.201</b>	<b>142.679</b>	<b>17.621.403</b>	<b>113.791</b>	<b>176.844</b>	<b>24.019</b>	<b>18.629</b>	<b>35.607</b>	<b>8.400</b>	<b>4.000</b>	<b>25.860</b>
<b>Gastos</b>												
Fornecimento e serv. Externos	2.540.745	530.052		1.561.616								
Custos com pessoal		420	1.500	(9.939.235)								
Outros Gastos				(6.514)								
<b>Total</b>	<b>2.540.745</b>	<b>530.472</b>	<b>1.500</b>	<b>(8.384.132)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dividendos</b>	<b>41.986.763</b>											

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação. As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário.

## 34. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de Revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2021 foram os seguintes:

	Revisão Legal de Contas	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC	13.182	0	13.182
	13.182	0	13.182

## 35. Informações exigidas por diplomas legais

### Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

### Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 36. Outros assuntos – COVID-19

Tal como tinha sucedido em 2020, durante o ano de 2021 os efeitos da pandemia continuaram a ser determinantes na atividade socioeconómica do país, e que afetaram a atividade da empresa.

Portugal continuou, em linha com os restantes países da União Europeia, a adotar em cada momento um conjunto de medidas, no sentido de procurar mitigar os respetivos impactos na economia nacional. Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento, em cujo âmbito se inserem as atividades desta empresa. Salientam-se naturalmente as que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática determinou, no que à forma como os serviços essenciais deviam ser assegurados, nomeadamente as relacionadas com as atividades de abastecimento e saneamento.

Assim, e tal como tinha já sucedido no ano anterior, para fazer face à pandemia Covid-19 a EPAL continuou a adotar um conjunto de medidas que permitissem proteger os seus trabalhadores/as e, simultaneamente, garantir a continuidade das atividades críticas e o cumprimento da sua missão.

Seguindo as orientações de entidades oficiais nacionais e internacionais e da legislação aplicável, para determinar e adequar, sempre que necessário, as medidas a implementar, adaptou sempre que necessário e atualizou o seu Plano de Contingência, no qual tinham sido definidas as medidas gerais e específicas a implementar, para minimizar os impactos da pandemia na organização, limitar a propagação da doença, garantir a segurança e saúde dos trabalhadores/as, assegurar o desempenho das atividades críticas e essenciais e o cumprimento da missão da Empresa

Todas as atividades prosseguidas e implementadas pela empresa, para garantir a eficaz gestão da situação de pandemia, estão divulgadas ao longo do presente relatório.

Essas medidas implicaram gastos acrescidos, que totalizaram 1.015.370 euros, e resultaram essencialmente da necessidade de manter as melhores condições para os trabalhadores disporem de meios para trabalho remoto, dos gastos acrescidos com as alterações efetuadas nos regimes de trabalho, nomeadamente a constituição de equipas em espelho (sobretudo as equipas operacionais de operação e manutenção), e da contínua e permanente disponibilização, quer nas instalações, quer aos trabalhadores, de meios e equipamentos de proteção que evitassem a propagação do vírus. A desagregação por tipologia de despesas é a seguinte:

- FSE – 225.444 euros
- Gastos com pessoal – 789.926 euros

Contudo, e tal como tinha sucedido no período homologado, não se pode deixar de salientar que a empresa deixou de incorrer em 2021 (apesar de terem sido em menor nível do que no ano anterior), pela diminuição da atividade em resultado da pandemia, de algumas despesas que têm a ver sobretudo com os períodos de confinamento, sendo essencialmente relacionados com a frota automóvel e deslocações, bem como a diversos projetos e atividades que houve a necessidade de adiar para 2022.

Ao nível da perda de receitas, quer na venda de água quer na prestação de serviços, apurou-se um valor de 10.267.440 euros, e que teve por base o seguinte racional:

- Ao nível da venda de água, e atendendo a que a atividade da empresa é um “negócio estabilizado”, para efeitos de quantificação da perda de negócio na Venda de água em resultado da pandemia, tomou-se como referencial o caudal vendido nos segmentos de comércio/indústria e instituições, no ano de 2019, e aplicou-se à diferença de caudal vendido em 2021, face ao verificado em 2019, a tarifa em vigor em 2021, tendo-se obtido um montante global de 9.753.877 euros.
- Ao nível das Prestações de Serviços, continuou a verificar-se uma quebra de rendimentos acentuada, a qual está relacionada quer com a redução da atividade económica decorrente da pandemia e que teve um impacto relevante nos processos de abastecimento, quer com a suspensão dos fechos por falta de pagamento. A perda de rendimento verificada assim nas prestações de serviços para o ano de 2021 é de 513.563 de euros.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, pois a quebra verificada na sua atividade em 2021 não deixará que a empresa continue a ter todas as condições operacionais, económicas e financeiras, para fazer face aos compromissos assumidos, bem como para fazer face a uma eventual redução de liquidez, na sequência de potenciais atrasos nos recebimentos de clientes, ou por quebra no volume de negócios que, a suceder, não se perspetiva como significativa.

A EPAL em 2021 não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos, quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

## 37. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 2 de março de 2022, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço